

NACIONALISMO E PROGRESSO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Gazeta Mercantil, 12.8.88

As empresas multinacionais no Brasil estão hoje envolvidas em uma campanha para suprimir da nova Constituição uma série de dispositivos "nacionalistas", que, de fato, representam o aspecto mais retrógrado e antinacional do trabalho realizado pela Constituinte. Sem inviabilizar o capital multinacional no Brasil, os constituintes aprovaram uma série de dispositivos - definição de empresa nacional, preferência para as empresas nacionais nas compras do governo, exclusão das empresas multinacionais das novas explorações minerais, proibição de contratos de risco na indústria do petróleo - que só contribuirão para afastar ainda mais os investimentos externos no Brasil, quando a economia brasileira, estagnada, mais necessita deles.

Nos anos 40 e 50 foi desenvolvida uma tese nacionalista sobre a industrialização brasileira segundo a qual haveria uma aliança do capital mercantil agro-exportador com o capital estrangeiro para se opor à industrialização brasileira. Essa tese tinha base na realidade no que diz respeito aos setores exportadores de produtos primários, a começar pelos cafeicultores, que de fato se opunham ferozmente a qualquer forma de proteção à indústria nacional nascente. Em relação às empresas multinacionais, entretanto, tal tese revelou-se ainda nos próprios anos 50 uma ficção. A industrialização brasileira, que até o final dos anos 40 tinha sido o resultado exclusivo da ação do empresariado nacional e do Estado, a partir de então passa a contar com a decisiva participação das empresas multinacionais, que passam a investir decididamente no Brasil.

Hoje, da mesma forma que é indiscutível que jamais o Brasil teria tido o desenvolvimento industrial que teve não fora a participação ativa do Estado, o mesmo é inegável em relação às empresas multinacionais. O desenvolvimento brasileiro teria sido certamente muito mais lento entre 1950 e 1980 se as empresas multinacionais houvessem estado ausentes do país.

Os nacionalistas que votaram na Constituinte, medidas restritivas às empresas multinacionais não souberam perceber que o Brasil de 1988 é muito diferente do Brasil de 1950, quando suas idéias se formaram. Ser nacionalista é defender os

interesses do Brasil, os quais, sem dúvida, nem sempre coincidem com os interesses de outras nações. Mas ser nacionalista hoje no Brasil certamente não é atacar as multinacionais, cuja contribuição para a industrialização brasileira é e poderá ainda ser no futuro muito grande. Ser nacionalista hoje, no Brasil, é exigir uma política diferente em relação à dívida externa, que hoje é o maior obstáculo ao desenvolvimento brasileiro. É superar a crise fiscal do Estado brasileiro e em seguida fazer o que o Estado da Coreia do Sul está fazendo: investir pesadamente em ciência e tecnologia, e repassar os frutos das pesquisas para garantir a modernização da indústria nacional. Ser nacionalista é em um determinado momento estabelecer uma reserva de mercado (como foi feito na área de informática), e em um segundo momento começar a flexibilizar e finalmente terminar essa reserva (como já deveríamos estar fazendo). Os norte-americanos são nacionalistas, os franceses são nacionalistas, os japoneses são nacionalistas, os brasileiros também podem e devem ser nacionalistas. Mas há um nacionalismo inteligente, moderno, pragmático, que muda à medida que mudam as condições econômicas do país e a situação internacional, e um nacionalismo parado no tempo, contra o qual estão muito justamente se levantando as empresas multinacionais instaladas no Brasil.

A industrialização brasileira está em crise. Entre 1950 e 1980 o crescimento industrial brasileiro foi em média de 8,6 por cento ao ano; a partir de 1981 essa taxa reduziu-se para 1,4 por cento. Em termos per capita é a estagnação. Diante desse quadro gravíssimo é essencial que o Brasil tenha a coragem de enfrentar os grandes problemas da economia brasileira: o desequilíbrio estrutural do setor público e a dívida externa. Mas, ao mesmo tempo que tomarmos medidas muito firmes para liquidar com o deficit público e para reduzir a dívida externa, deveremos nos empenhar em modernizar nossa indústria e integrar cada vez mais o Brasil na economia internacional. Para estas duas últimas tarefas a colaboração das empresas multinacionais será essencial. A subserviência colonial às grandes nações industriais - em relação à dívida externa, por exemplo - não nos levará nessa direção, mas um nacionalismo retrógrado, fora do tempo, não terá melhores resultados.